

**EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO**

**12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)**  
**Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4**

Duração da prova: 120 minutos  
 1999

2.ª FASE

**PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO****COTAÇÕES****I**

1. ....	15 pontos
2. ....	15 pontos
3. ....	15 pontos
4. ....	15 pontos
5. ....	15 pontos
<hr/>	
(GRUPO I: $4 \times 15 = 60$ )	60 pontos

**II**

1. ....	15 pontos
2. ....	20 pontos
3. ....	20 pontos
<hr/>	
	55 pontos

**III**

1. ....	15 pontos
2. ....	20 pontos
3. ....	20 pontos
<hr/>	
	55 pontos

**IV**

Tema A ou Tema B .....	30 pontos
<hr/>	
	30 pontos

**TOTAL** ..... **200 pontos**

V.S.F.F.

129/C/1

## SUGESTÕES DE CORRECÇÃO E COTAÇÕES

QUESTÕES		CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
		<p>Chama-se a atenção para o facto de se tratar aqui de orientações, procurando obter uma certa uniformidade de critérios na correcção das provas.</p> <p>Nos itens de resposta curta, que visam objectivos ao nível do conhecimento, será aceite a resposta considerada válida sob o ponto de vista científico.</p> <p>Nos itens abertos, a cotação deverá ser distribuída pelos diversos aspectos focados na resposta.</p> <p>A cotação atribuída a cada item inclui, também, a forma como o aluno se expressa. Todavia, o professor corrector só poderá deduzir até 10% da cotação total de cada item, no referente a este critério, de acordo com a «Informação de Exames».</p>	
I	1.	<p>Referir como circunstâncias que originam a caducidade de uma lei o termo do prazo de duração nela previsto, a alteração dos pressupostos que levaram à sua criação ou o facto de a lei ter atingido o fim que se propunha.</p> <p>O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– pela indicação de cada uma das causas de caducidade – 5 pontos (5 + 5 + 5).</li> </ul>	15
	2.	<p>Referir que a interpretação da lei consiste em determinar o verdadeiro sentido e alcance da lei.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído à resposta correcta – 15 pontos.</p>	15
	3.	<p>Referir que o decreto-lei, por definição, é uma lei criada pelo Governo no uso do poder legislativo, enunciando princípios gerais, e que a portaria, enquanto regulamento, se destina a pormenorizar a lei, de forma a conduzir à sua boa execução.</p> <p>O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– a referência a que o decreto-lei é criado no uso do poder legislativo do Governo (é uma lei ordinária) – 7,5 pontos;</li> <li>– a referência a que a portaria é criada para pormenorizar as leis ordinárias (poder regulamentar) – 7,5 pontos.</li> </ul>	15
	4.	<p>Referir que a ordem jurídica se exprime através da existência do Direito, cuja função é orientar as condutas humanas segundo a justiça, imprimindo, assim, uma ordem à vida social.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído à resposta correcta – 15 pontos.</p>	15

QUESTÕES		CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
I	5.	Indicar que, entre as várias ordens sociais normativas, se estabelecem relações de coincidência, de conflito e de indiferença. O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo: – pela indicação de cada um dos tipos de relações – 5 pontos (5 + 5 + 5).	15
II	1.	Indicar os três fins fundamentais do Estado: justiça, segurança e bem-estar social. O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo: – a indicação de cada um dos fins do Estado – 5 pontos (5 + 5 + 5).	15
	2.	Explicar que o «direito de recorrer» é direito subjectivo, pois significa o poder ou a faculdade que qualquer cidadão tem de recorrer, nos termos da lei, para os tribunais, a fim de assegurar a defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos. O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo: – a referência ao sentido correcto do termo – 10 pontos; – a explicação da noção de direito subjectivo – 10 pontos.	20
	3.	Explicar que o princípio da legalidade da Administração significa que também o Estado, através dos seus serviços e organismos, está sujeito à lei, podendo os cidadãos que se sentirem lesados por actos ilegais da Administração Pública recorrer aos Tribunais, pedindo a anulação daqueles ou a reparação dos prejuízos sofridos. O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo: – pela noção do princípio da legalidade – 5 pontos; – pela indicação de que os cidadãos podem reclamar dos actos ilegais da Administração – 15 pontos.	20

V.S.F.F.

129/C/3

QUESTÕES		CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
III	1.	<p>Referir que o empréstimo é um negócio jurídico bilateral, porque existem duas declarações de vontade, com conteúdos diversos, mas que se conjugam para a realização de um objectivo comum; e que o empréstimo é oneroso, porque pressupõe atribuições patrimoniais de ambas as partes.</p> <p>O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– pela explicação correcta das duas características, 15 pontos (7,5 + 7,5).</li> </ul>	15
	2.	<p>Explicar que a obrigação de reparar os estragos constitui um dever jurídico, uma vez que é susceptível de não cumprimento por parte de Raquel. Distingue-se, assim, da sujeição, que se caracteriza pela situação em que o sujeito passivo se encontraria se não pudesse evitar que determinadas consequências se produzissem na sua esfera jurídica.</p> <p>O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– a indicação de que se trata de um dever jurídico – 5 pontos;</li> <li>– a justificação com base na distinção entre dever jurídico e sujeição – 15 pontos (7,5 + 7,5).</li> </ul>	20
	3.	<p>Explicar que a reintegração «in natura» se verificaria se Raquel substituísse os azulejos partidos, reconstituindo, assim, a situação anterior aos danos causados.</p> <p>Não sendo possível a reconstituição natural, uma vez que já não havia azulejos iguais, é fixada uma indemnização em dinheiro: reintegração por mero equivalente.</p> <p>O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– a distinção dos dois conceitos de reintegração – 15 pontos (7,5 + 7,5);</li> <li>– a concretização dos conceitos a partir do exemplo – 5 pontos (2,5 + 2,5).</li> </ul>	20

QUESTÕES	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
IV	<p>Trata-se do desenvolvimento de um tema cujo ponto de partida é um texto.</p> <p>Embora sejam sugeridos tópicos de resposta, pretende-se que o aluno desenvolva o tema de forma articulada, evidenciando capacidades de análise e síntese e espírito crítico.</p> <p><b>TEMA A</b></p> <p>Nas sociedades avançadas é crescente a quantidade de bens e serviços postos à disposição dos consumidores, e os meios publicitários, destinados a induzir o consumo, tornam-se cada vez mais sofisticados. A situação torna-se ainda mais complexa com a difusão do comércio electrónico, que veio permitir mercados virtuais, tendencialmente globais.</p> <p>Constituindo a protecção dos consumidores uma incumbência prioritária do Estado (art.º 60.º da C.R.P.), verifica-se, porém, que a sua efectivação, actualmente, só poderá ser concretizada num quadro de conjugação de esforços de todos os intervenientes no jogo social.</p> <p>A globalização, tomada possível pelo mercado electrónico, limita a eficácia da capacidade regulativa do Estado, face à emergência de entidades não-estatais de alcance transnacional. Esta nova realidade «traz associados perigos e riscos que não têm resposta legislativa adequada».</p> <p>As lacunas nas leis que protegem os direitos dos consumidores podem, assim, surgir quer pela imprevisibilidade das situações quer porque, embora previstas, exigem acções concertadas no sentido de uma solidariedade e de uma co-responsabilidade internacionais.</p> <p>O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– a caracterização dos direitos dos consumidores como incumbência prioritária do Estado (art. 60.º da C.R.P.) – 10 pontos;</li> <li>– a referência aos novos problemas criados pelos mercados electrónicos – 10 pontos;</li> <li>– a relação da natureza transnacional dos mercados electrónicos com o aparecimento de lacunas nas leis – 10 pontos.</li> </ul>	30



QUESTÕES	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
	<p><b>TEMA B</b></p> <p>Os tribunais judiciais encontram-se hierarquizados para efeitos de revisão das suas decisões. Existem os Tribunais de 1.ª Instância, os Tribunais da Relação e o Supremo Tribunal de Justiça.</p> <p>A possibilidade de recurso constitui, assim, um direito dos cidadãos, que, ao não se conformarem com uma decisão judicial de 1.ª instância, podem recorrer para os tribunais superiores. O conjunto das decisões dos tribunais judiciais constitui a Jurisprudência, que é considerada, no nosso sistema jurídico, como fonte mediata de Direito (na análise da hierarquia dos tribunais apenas é exigível a hierarquia dos tribunais em matéria cível).</p> <p>O total da cotação deverá ser distribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– a explicação do princípio do recurso – 5 pontos;</li> <li>– a indicação da hierarquia dos tribunais – 5 pontos;</li> <li>– a explicação da Jurisprudência como fonte mediata de Direito, no sistema jurídico português – 10 pontos;</li> <li>– a relação do princípio da hierarquia com a salvaguarda dos direitos dos cidadãos – 10 pontos.</li> </ul>	<p><b>30</b></p>